

Acerca da Resistência Política Organizada e Não-Violenta

Wander Luiz Cardioli Rodrigues dos Santos (PIBIC/CNPq/Uem), Carla Cecília Rodrigues Almeida (Orientador), e-mail: wanderlcrs@hotmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Ciências Humanas / Ciência Política / Teoria Política / Teoria Política Contemporânea.

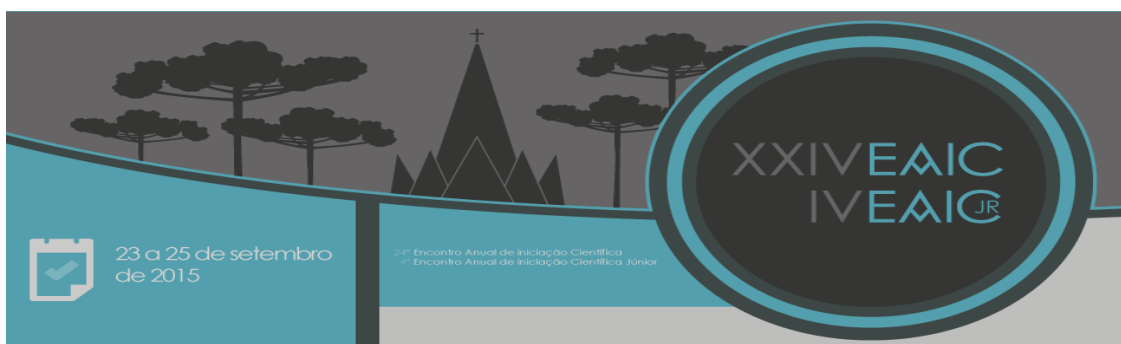
Palavras-chave: Resistência política, Não violência, Democracia.

Resumo

Partindo-se de um estudo pormenorizado do livro *Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Conceitual para a Liberdade* de Gene Sharp (2010), o presente estudo visou contribuir com o conhecimento acadêmico acerca dos debates políticos referentes à questão das possíveis maneiras de se realizar alterações nas relações de poder entre sociedade civil e governo institucionalizado. Procurou-se, por um lado, abordar algumas das principais concepções teóricas que tratam de tal problemática, como J. Schumpeter, G. Sartori, C. Pateman e I. Young; por outro lado, estabelecer as bases do arcabouço teórico-prático desenvolvido por Sharp enquanto representante pouco estudado, na Academia, da resistência política organizada e não violenta, pois sua obra condensa métodos elaborados exata e diretamente para tal finalidade.

Introdução

Na contramão dos teóricos da democracia dos anos 1950 e 1960, além de setores da esquerda que ainda hoje mantêm a violência como um mal necessário para se atingir profundas mudanças estruturais em qualquer sociedade de classes, Gene Sharp embasa-se em estudos do fenômeno nazista e nas atividades oposicionistas de Gandhi na Índia para elaborar uma teoria relacional do poder que envolve o consentimento popular e



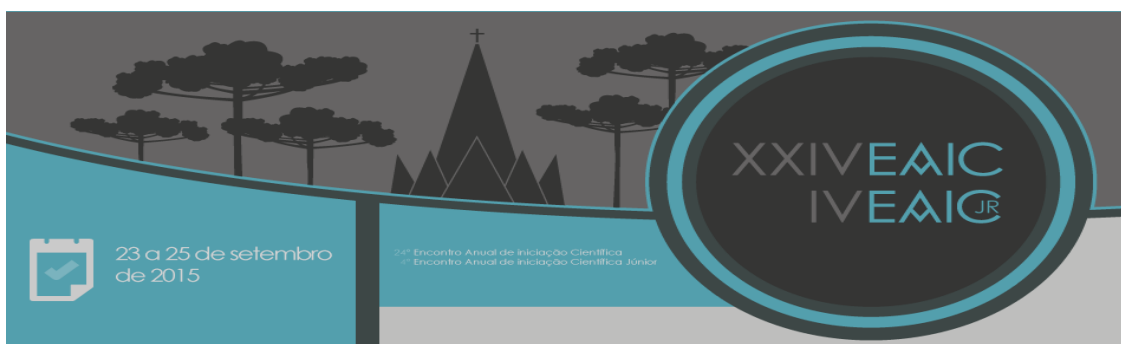
escrever, entre outros livros, um verdadeiro manual de como a sociedade civil pode proceder, sem a necessidade do enfrentamento armado, para minar as bases de um governo que deixou de atender aos interesses da população. A intenção aqui é agregar ao debate acadêmico voltado às possibilidades de intervenção social direta e efetiva, por parte do povo nos rumos tomados pelos detentores do poder político e na própria forma de poder adotado pelo Estado, as significativas opiniões de Gene Sharp.

Materiais e métodos

Em termos metodológicos, a pesquisa de cunho bibliográfico valeu-se de pesquisa acerca da biografia e de artigos que tratam do autor, de fichamento da obra *Da Ditadura à Democracia* a partir de um roteiro pré-definido com a orientadora e fundamentou-se nas prerrogativas da História dos Conceitos, principalmente na defesa que Quentin Skinner e Reinhart Koselleck promovem a respeito da necessidade de se estudar o passado a partir de seus próprios paradigmas. Nesse sentido, entende-se que os conceitos políticos devem ser utilizados de modo histórico, respeitando sempre a problemática em voga na esfera da teoria política do período estudado, porquanto:

[...] A compreensão do significado de um texto não requer do intérprete a misteriosa habilidade de penetrar na mente do autor para revelar seus estados psíquicos interiorizados na forma de desejos, planos ou desígnios. Requer, sim, o procedimento muito mais prosaico – embora necessariamente paciente e erudito – de situar o texto em questão no contexto de convenções linguísticas e sociais que governam o tratamento dos temas e problemas dos quais o texto se ocupa. [...] (SILVA, 2010, p. 309).

Em decorrência, a História dos Conceitos surgiu para confrontar uma percepção mecânica e exageradamente filosófica das obras, propondo que, ao captar as vicissitudes que influenciavam e permeavam determinada produção teórica, tornava-se possível uma melhor compreensão não apenas do livro e do autor em si mesmos, mas também do contexto histórico e dos pensamentos que envolviam as produções de cunho político, gerando uma interligação válida entre realidade empírica, universo teórico e uso dos conceitos de acordo com o tempo histórico tratado.

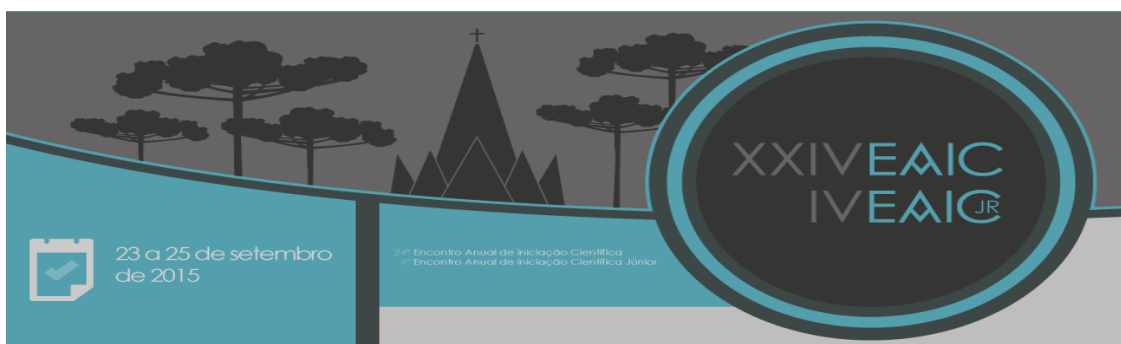


Resultados e Discussão

As ideias de Sharp (2010) partem do princípio de que o poder é uma relação que envolve o consentimento do povo em manter o apoio aos estadistas. Destarte, percebe-se que Sharp, apesar de voltado para as possibilidades de que sociedades atinjam um governo que permita a participação popular, encaminha seu pensamento na direção oposta de grande parte dos autores contemporâneos preocupados em tratar da forma democrática de governo. Conforme demonstra Carole Pateman (1992), nomes como Joseph Schumpeter, Bernard Berelson, Robert Dahl, Giovanni Sartori e Harry Eckstein, diante de uma conjuntura histórica que englobou o Fascismo italiano e o Nazismo alemão, além do bloco de nações resultante da Revolução Russa de 1917, promovem um entendimento da forma de governo democrática que menospreza a participação do povo para além do comparecimento na eleição de seus representantes e da discussão a tal respeito. Ao contrário de tais autores, a intenção de Sharp é que a população utilize os meios de luta mais eficazes para retomar sua participação política. Ativistas de países como Sérvia, Geórgia, Ucrânia, Líbia, Irã, entre outros, valeram-se de grande parte das propostas do autor nas ações coletivas organizadas em seus respectivos países para a resistência política não violenta, conforme atesta Mark Beissinger (2007) ao tratar não somente do movimento de resistência *Otpor* na Sérvia, mas também, em conjunto, de todos os movimentos similares e imediatamente posteriores que pautaram suas atividades no exemplo fornecido pela pioneira ação direta e não violenta do movimento popular e político sérvio.

Conclusões

Divergindo de J. Schumpeter e G. Sartori, Gene Sharp aproxima-se de C. Pateman e I. Young ao defender uma ampla participação democrática de setores e associações sociais nas decisões dos rumos políticos a serem seguidos por seus respectivos Estados. Fundamentando-se numa teoria relacional do poder, originária do pensamento de Etienne de la Boétie, segundo a qual a manutenção do poder obtido por um governante depende primordialmente de consentimento e obediência da população sujeita ao governo, Sharp combina estudos sobre o fenômeno nazista alemão e investigações científicas acerca das manifestações não violentas promovidas por M. Gandhi na Índia, condensando e aprimorando então um



conjunto de métodos e estratégias amorais e avessas à violência, conjunto voltado para a intervenção popular direta em países cujos estadistas tenham deixado de atender aos interesses coletivos e outorgado restrições à participação do povo na vida pública. Por um lado, contrapondo-se a M. Gandhi por considerar desnecessário qualquer tipo de crença para o planejamento e a execução da resistência e da desobediência civil; e por outro lado, afirmando que enfrentar, utilizando-se da violência, políticos que se tornaram ditadores significa optar pelo meio de luta mais viável e vantajoso ao Estado e suas instituições, Gene Sharp desenvolve então uma nova perspectiva para a resistência e a desobediência civil: a *nãoviolência pragmática*. Dessa forma, Sharp surge como um teórico preocupado, entre outras questões, não somente em permitir a expansão da participação política dos mais diversos grupos sociais, mas em refletir sobre meios práticos para que a própria população exija o retorno da *accountability* que envolve a dupla relação entre governo e sociedade civil.

Agradecimentos

Agradeço às pertinentes e muito esclarecedoras orientações da professora Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida. Agradeço ainda ao financiamento promovido para a pesquisa por parte do CNPq/FA/UEM.

Referências

BEISSINGER, Mark. Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions. *Perspectives on Politics*. Bloomington, v. 05, p. 259-276, 2007.

PATEMAN, Carole. "Teorias recentes da democracia e o 'mito clássico'". In: PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SHARP, Gene. *Da Ditadura à Democracia*. Boston: Instituto Albert Einstein, 2010.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Liguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 53, p. 299-335, 2010.